CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA: REFLEXOS JURÍDICOS E INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E DA SOBERANIA ESTATAL

Autor(res)

Karla Regina Malaquias De Souza
Thais Jennifer Magalhães Laurenço

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Venezuela atravessa uma grave crise humanitária e política, marcada por instabilidade econômica, violações sistemáticas de direitos humanos e migração massiva de cidadãos. O cenário evidencia tensões entre soberania estatal e intervenção internacional, suscitando debates no Direito Internacional Público e na proteção de refugiados. O presente trabalho propõe uma análise crítica do conflito, abordando a legitimidade governamental, a autodeterminação dos povos e a atuação de organismos internacionais. A pesquisa bibliográfica estruturada permitirá compreender as dimensões jurídicas, históricas e geopolíticas, oferecendo subsídios para a reflexão sobre mecanismos de proteção internacional e limites à soberania em situações de emergência humanitária.

Objetivo

Analisar a crise humanitária e política na Venezuela sob a perspectiva do Direito Internacional, Direitos Humanos e soberania estatal, investigando a legitimidade democrática, a proteção de refugiados e a atuação de organismos internacionais, por meio de pesquisa bibliográfica crítica.

Material e Métodos

A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico de livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais de organismos internacionais, como ONU, ACNUR e OEA. Foram analisadas normas de Direito Internacional Público, tratados sobre direitos humanos e legislação comparada. A abordagem crítica permitiu correlacionar dados históricos, políticos e jurídicos, identificando as principais violações de direitos humanos e a resposta internacional. Procedeu-se à análise de relatórios de agências humanitárias, decisões de tribunais internacionais e publicações especializadas, destacando os conflitos entre soberania e intervenção humanitária, bem como os mecanismos de proteção aos refugiados e asilados.

Resultados e Discussão

A investigação evidenciou que a crise venezuelana configura uma situação de grave violação de direitos humanos, com repressão política, insegurança alimentar e colapso dos serviços públicos. A migração em massa gerou desafios humanitários regionais, exigindo respostas coordenadas de organismos internacionais. O reconhecimento

de governos e a legitimidade democrática são temas controversos, refletindo tensões entre soberania e intervenção humanitária. O estudo indicou que a proteção de refugiados é insuficiente diante do aumento de deslocados, evidenciando lacunas no cumprimento de normas internacionais. A análise comparada demonstra que soluções jurídicas dependem da articulação entre Direito Internacional, soberania estatal e princípios humanitários.

Conclusão

A crise humanitária e política na Venezuela revela a complexidade das relações entre soberania, direitos humanos e intervenção internacional. A análise jurídica demonstra a necessidade de fortalecer mecanismos de proteção internacional, garantindo direitos básicos e segurança para refugiados, ao mesmo tempo em que respeita princípios de autodeterminação e legitimidade democrática, buscando soluções sustentáveis e juridicamente consistentes.

Referências

ACNUR. Relatórios sobre refugiados venezuelanos. 2024.

ONU. Resoluções do Conselho de Direitos Humanos sobre a Venezuela. 2023.

OEA. Declarações sobre crise humanitária e política. 2023.